ANEXO II

PLANO DE TRABALHO DADOS CADASTRAIS

Razão Social da Organização da Sociedade Civil

ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA DO LITORAL PAULISTA APLP

CNPJ/MF: 13.212.955/0001-54

Data de Inscrição no CNPJ: 18 /01/2011

Endereço completo com CEP: RUA IRMÃOS DEMASI Nº 48 PRAIA GRANDE – SP – CEP:11.701.270

E-mail institucional: paradesportistaaplp@outlook.com

Telefone: 13-996088911

Finalidade Estatutária

Constitui-se numa ASSOCIAÇÃO CIVIL, de direito privado, de caráter socioeducacional desportivo, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, regida pelo presente estatuto e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

APRESENTAÇÃO E HISTORICO

A "A SSOCIAÇÃO PARADESTISTA DO LITORAL PAULISTA –APLP enquanto associação civil socio educacional desportiva, tem como finalidades e objetivos principais:

I-Promover a inclusão e a integração social por meio da prática paradesportiva;

II- Promover o desenvolvimento biopsicossocial de crianças, jovens e adultos;

III- Propiciar o desenvolvimento paradesportivo especializado para os jovens talentos revelados por meio de projetos realizados pela iniciativa privada, bem como aqueles desenvolvidos pela municipalidade;

IV- Promover palestras e dinâmicas de grupo, voltadas à capacitação .

V.Desenvolver eventos e competições esportivas na região;

DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

APRESENTAÇÃO DE PROJETO – DESPORTO PARADESPORTIVO -2022

1- Título do projeto:

Equipe de Competição – Natação

2- Manifestação:

Esporte de auto Rendimento

3- Objetivo:

Dar continuidade as atividades voltadas ao treinamento competitivo revelar novos talentos na modalidade.

4- Público-alvo:

Crianças e adolescentes do município com perfil para desenvolver a modalidade e representá-la.

5- Resumo do projeto:

A Associação Paradesportiva do Litoral Paulista "APLP", com sede no município de Praia Grande, tem como objetivo organizar e desenvolver a modalidade em parceria da Prefeitura de Praia Grande.

Missão

Promover programa e serviços de treinamento no desporto aquático (natação) de acordo com as normas técnicas da federação e confederação que nos rege.

Visão

Fomentar, estimular e preparar os atletas a buscarem a excelência no desporto aquático e na vida.

Objetivos Essenciais

A APLP está fundamentada em três eixos de atuação, que servem de parâmetro para o êxito das metas estabelecidas.

Construir a Base – Buscar a expansão do quadro de atletas iniciantes, no propósito de participar de competições esportivas com o maior número de atletas possível.

A APLP está comprometida em passar os valores do esporte para os jovens, que através do desporto aquático, descubram uma atividade que possa ser praticada por toda a vida, promover a Divulgação do Desporto.

Obter o Sucesso Competitivo – A "APLP" é a primeira associação paradesportiva a organizar uma equipe para participar de competições oficiais esportivas de natação. Quando nossos atletas são bem-sucedidos em realizar seus sonhos, toda comunidade aquática de Praia Grande se beneficiará da inspiração que estes nos dão, e continuar.

A busca pelo sucesso.

6- Justificativa:

Esta parceria entre a ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA DO LITORAL PAULISTA APL e a prefeitura foram em 2011, de fundamental importância para aqueles mesmo com sua deficiência que desejaram se inserir na competição esportiva. Crianças e jovens que jamais poderiam ter esta oportunidade passaram a sonhar e desejar conquistas individuais. Conquistas estas que possibilita a estes, acessos a viagens, trabalhos em equipe, novos grupos de relacionamento, estabelecimento de metas e busca das mesmas, enfrentar as adversidades e aprender sobre vitórias e derrotas.

Ao longo desta parceria a modalidade disputou os Jogos da Juventude, Regionais e Abertos, Campeonatos Estaduais e Nacionais. Onde a modalidade contribui com a manutenção na primeira divisão dos Jogos Regionais e diversas conquistas individuais.

Como preparação, avaliação e obtenção dos índices de participação (Jogos Abertos e Campeonatos) ao longo da temporada, com o objetivo do desenvolvimento e manutenção da motivação dos atletas e melhoria do desempenho a participação dos eventos organizados pela delegacia regional da federação (torneios), Campeonatos (Estaduais e Nacionais) e os Jogos organizados pela secretária do Estado de São Paulo.

A federação e confederação, não reconhecendo a prefeitura estatutariamente, a associação "APLP" tem um papel fundamental, sendo a única entidade filiada do município de Praia Grande.

7- Objetivos:

Incentivar jovens a praticar natação, formando-as para o alto rendimento.

Defender o município nas competições:

- Jogos Abertos das Juventude;
- Jogos Regionais,
- Jogos Abertos do Interior;
- Campeonatos Estaduais e Nacionais nas categorias regidas.

8- Resultados Esperados:

Espera-se atender e movimentar de 30 a 50 crianças e adolescentes divididos nas categorias que rege a modalidade (inicialmente de acordo com a deficiência atestada)

9- Avaliação:

Monitoramento através de cadastro;

Acompanhamento das atividades, diárias e competitivas;

Registro das atividades;

Registro dos eventos: resultados, classificação.

10- Estratégia de divulgação do projeto:

Site da prefeitura www.praiagrande.sp.gov.br

Sites da modalidade mídia direta das participações e resultados:

WWW.cbda.com.br

Mídias Sociais.

12- Local de Atuação:

O projeto equipe de competição – natação acontecerá, na piscina municipal, na Vila Mirim.

DEBORA BATISTA MENDONÇA

TESOREIRA DA ASSOCIAÇÃO

APLP

(13)996088911

E-mail: deborabm1966@hotmail.com

ACORDO DE COOPERAÇÃO

"ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO NO EVENTO VILA JUNINA 2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARAOLIMPICA DO LITORAL PAULISTA ADLP. "

Ao 01 dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, na Divisão Administrativa da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 46.177.531/0001-55, localizada na Avenida Presidente Kennedy, nº 9000, Bairro Vila Mirim – Praia Grande, onde se achava o senhor **MAURÍCIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por atribuição conferida por meio do artigo 78, da Lei Complementar nº 913 de 1º de abril de 2022 e demais alterações posteriores, neste ato representando esta Municipalidade, doravante denominada PREFEITURA, compareceu DEBORA BATISTA MENDONÇA, portador da cédula de identidade 16.586.806-5 e CPF/MF nº 080.464.798-45, neste ato representando a entidade **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARAOLIMPICA DO LITORAL PAULISTA ADLP**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.212.955/0001-54, localizada à Rua Irmãos Demasi, 48, Bairro Boqueirão, doravante denominada PROPONENTE, e por ele foi dito que vinha assinar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA VILA JUNINA 2022**, em conformidade com as condições estabelecidas por esta Prefeitura, de acordo com os princípios administrativos que regem a Administração Pública, com fundamento no artigo 7º inciso XI da Lei Municipal nº 681/90, Lei Federal nº 13019/14 e demais normas pertinentes, constantes do Chamamento Público nº 010/22 – processo administrativo nº 5567/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente Acordo tem por objeto autorizar a execução do projeto da entidade sem fins lucrativos a comercializar produtos atinentes à atividade gastronômica denominada **DOCES NO PALITO**, para compor o evento Vila Junina 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EVENTO: O evento visa à promoção artística, cultural e turística da cidade de Praia Grande e conterá atrações que atingirão público de todas as faixas etárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO: Os espaços destinados às entidades terão instalação física (tenda), elétrica e ponto de água, medindo de 15m² a 25m² de dimensão cada, destinados à exploração comercial da atividade gastronômica a qual se sagrou vencedora, qual seja, **DOCES NO PALITO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora responsável, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A entidade deverá estar de acordo com o disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - São Obrigações da entidade PROPONENTE:

a. A OSC deverá prestar contas no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do término do evento, mediante relatório de execução, para fins de monitoramento do correto cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

b. A OSC deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes oficiais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, esta parceria celebrada com a Administração Pública, com o mínimo, informações abaixo descritas:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria com administração pública;
II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
III - descrição do objeto da parceria;
IV - situação da prestação de contas da parceria;

b.1 As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

c. A OSC deverá manter em seu arquivo a prestação de contas, os documentos originais que a compõem, durante 10 anos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação de contas;

d. A venda de bebidas (cerveja, água e refrigerante) será de acordo com a determinação do Patrocinador em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo, podendo ser realizada a comercialização por meio das entidades ou não, caso as mesmas fiquem com a incumbência de comercializar ficam condicionadas a comercializarem a marca de cerveja, água e refrigerante, que o patrocinador determinar, sendo expressamente proibida a venda de bebidas de outras marcas dentro do espaço do evento.

e. Será permitida a venda de Bebidas Típicas (quentão, vinho quente e suco natural) por todas as OSC´s envolvidas;

f. Está vedada a venda de tabaco, de fogos e de qualquer outro produto pirotécnico, inflamável ou que possa trazer risco ao público e à estrutura do evento;

g. É de total e irrestrita responsabilidade de cada OSC o compromisso de comercializar produtos que obedeçam às leis vigentes, principalmente no que se refere aos requisitos da Vigilância Sanitária;

h. A limpeza e conservação das toalhas, mesas, balcões e demais espaços da tenda ocupada devem ser obrigatoriamente realizadas diariamente, e o lixo adequadamente acondicionado;

i. A venda de bebidas alcoólicas, caso houver, fica restrita a maiores de 18 anos em caso de dúvida sobre a faixa etária do consumidor, fica a OSC responsável pela comprovação da mesma por meio de documento de identificação original com foto;
j. Fica vedado o uso de qualquer tipo de equipamento de sonorização, uso de imagens ou propaganda pelo expositor;
k. Fica a OSC responsável pela manutenção das instalações a ela cedida, isentando a Municipalidade de toda e qualquer indenização que possa ser requerida pela montadora a título de ressarcimento por qualquer tipo de dano ou avaria;
l. Toda e qualquer máquina, como fogões, freezers, fornos, geladeiras e demais equipamentos que irão compor o espaço da OSC, ficam sob total responsabilidade da entidade durante o período do evento;
m. Todas as OSC's participantes deverão preparar seus stands a partir das 16h, sendo 17h o prazo máximo para que toda a estrutura de comercialização e equipe estejam preparadas para atendimento ao público;
n. A entidade selecionada deverá manter durante toda a exploração da área a compatibilidade com as obrigações assumidas e o projeto apresentado;
o. A entidade selecionada deverá zelar pela área utilizada e comunicar imediatamente à Administração o uso indevido por terceiros;
p. Cada selecionada deverá exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado, conforme descrito no edital e no projeto apresentado, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias, inclusive com a disponibilização de **lixeiras** aos consumidores;
q. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como por danos ou prejuízos causados a terceiros e à estrutura disponibilizada pela Administração (tendas, pias, torneiras, encanamentos);
r. Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro;
s. Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura;
t. O funcionamento da Vila Junina 2022 obedecerá ao seguinte regramento:

Sextas-feiras	Sábados	Domingos/feriados
Das 18h ás 0h	Das 18h ás 0h	Das 18h ás 23h

u. A entidade que descumprir qualquer um dos destes itens terá a sua autorização revogada, sendo impedida de participar do chamamento público do ano seguinte;
v. A entidade selecionada deverá zelar pela área utilizada e comunicar imediatamente à Administração o uso indevido por terceiros;
w. Os vendedores deverão manter a higiene pessoal como: unhas cortadas e limpas, não utilizar anéis, pulseiras ou qualquer outro tipo de adereço que venha interferir nas normas da vigilância sanitária;
x. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela entidade responsável;
y. A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade da entidade e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA;
z. A entidade ainda deverá conservar o espaço com as mesmas características recebidas e atestadas no Termo de Recebimento das Instalações, mediante prévia vistoria que será realizada pela Comissão ao final do período do evento.

II – São obrigações da Prefeitura:

a. Deverá manter em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho.
b. Deverá emitir parecer técnico de análise de prestação de contas das parcerias celebradas, de acordo com artigo 67 da Lei nº 13.019/2014 e alterações posteriores.
c. A administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características:

I - metas;
II - indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

d. Indicar recursos humanos para monitoramento e avaliação do cumprimento do trabalho/objeto da parceria;
e. Autorizar a entidade a comercializar alimentos e bebidas Típicas (quentão, vinho quente e suco natural) e produtos concernentes com o evento;
f. Fiscalizar, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo - SECTUR, se as atividades propostas estão sendo cumpridas, podendo, inclusive, utilizar-se de outros órgãos municipais para realizar suas atividades;
g. Fornecer todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos, esclarecendo eventuais dúvidas;
h. A montagem da instalação física (tendas, pontos de energia elétrica e água) é de responsabilidade da Administração Municipal;

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A Prefeitura Municipal de Praia Grande, destaca a necessária e adequada proteção às informações da Administração Pública, principalmente àquelas classificadas como confidenciais, em razão deste contrato.

a) as estipulações e obrigações constantes do presente serão aplicadas a todas e quaisquer informações reveladas pela Prefeitura.

b) as partes se obrigam a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer informações que venham a ser fornecidas pela Prefeitura, a partir da inscrição neste contrato, devendo ser tratadas como informações confidenciais, dados pessoais, números de contas bancárias, endereços de e-mails, etc., salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela Prefeitura;

c) as partes obrigam a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de informações confidenciais da Prefeitura e seus servidores públicos envolvidos;

d) a Prefeitura, com base nos princípios instituídos na Política de Segurança da Informação, zelará para que as informações que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As obrigações constantes deste contrato não serão aplicadas às informações que:

a) sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das partes;

b) tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente;

c) sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida da Administração Municipal, somente até a extensão de tais ordens, desde que as cumpram qualquer medida e proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As partes se comprometem, ainda:

a) a utilizar as informações, por ventura, reveladas exclusivamente para os propósitos da execução deste Edital;

b) a não efetuar qualquer cópia das informações confidenciais sem o consentimento prévio e expresso da Prefeitura;

b.1) o consentimento mencionado nesta alínea "b" será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno de cunho administrativo e contábil;

c) a tomar todas as medidas necessárias à proteção das informações da Prefeitura, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito;

d) a serem os únicos proprietários de todas e quaisquer informações eventualmente reveladas à outra parte em função da execução deste contrato;

e) a terem ciência de que as regras aqui previstas não implicam na concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

f) de que os dados gerados na execução deste contrato, bem como as informações pessoais e/ou confidenciais repassadas, são de única e exclusiva propriedade da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas, subsidiariamente, as penalidades previstas na Lei 13019/14 e alterações, bem como a perda do direito de utilização do espaço público;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As entidades que não prestarem contas dos recursos arrecadados com a Vila Junina de 2022 até 120 dias após o evento serão impedidas de participar do certame no ano subsequente;

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO ACORDO - Este acordo vigorará pelo prazo de 2 (dois) meses dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – Os casos omissos que surgirem na vigência deste Acordo serão resolvidos de comum acordo entre as partes, por meio de instrumentos específicos e de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - Este Acordo firmado entre as partes mantém sua total independência nos campos trabalhista, tributário, previdenciário ou qualquer outro, de modo que cada parte deverá arcar com suas responsabilidades e encargos nos respectivos campos, na forma da lei em vigor, não implicando em responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solucionar questões oriundas do presente ACORDO.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, é lavrado o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, xx de maio de 2022, ano quinquagésimo sexto da emancipação.

PREFEITURA:

MAURÍCIO DA SILVA PETIZ
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO

PROPONENTE:

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARAOLIMPICA DO LITORAL PAULISTA ADLP
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

TESTEMUNHAS

1 _____

2 _____

Processo nº 5567/2022